



Capitães-mores em circulação: trajetórias dos governantes do Rio Grande e do Ceará (1666-1750)

LEONARDO PAIVA DE OLIVEIRA*

O estudo da circulação dos agentes régios é um tema que há algumas décadas vêm ganhando cada vez mais força nas produções históricas, como os de Russell-Wood (1998), Fátima Gouvêa (2010), Nuno Monteiro (2005), Mafalda Cunha (2005) e outros. A maioria deles, no entanto, tem como foco analisar a trajetória e circulação de grandes nomes do Império português, tais como governadores-gerais, vice-reis da Índia e alguns governadores do Rio de Janeiro e de Pernambuco, sendo poucos os que tratam das pessoas que têm como função governar lugares de menor prestígio, pessoas estas que nem chegam, muitas vezes, a receber o título de governador, mas apenas de capitão-mor. Encontrá-las é uma tarefa que muitas vezes se mostra pouco proveitosa, pois a documentação é escassa, já que muitas dessas pessoas não possuíam uma circulação tão intensa pelo Império, nem possuíam títulos nobiliárquicos que as destacassem dentro de uma massa social de indivíduos anônimos. Apesar de um maior grau de dificuldade, não é uma tarefa impossível. Desta maneira, esse trabalho pretende criar um rosto para essas figuras muitas vezes esquecidas, ou tratadas apenas como estatística. Sendo assim, serão analisadas a trajetória, o perfil e a circulação dos capitães-mores do Rio Grande e do Ceará entre a segunda metade do setecentos e a primeira metade do oitocentos.

Quem eram, onde estiveram e para onde foram?

Antes de tudo é importante reforçar que não foram analisados aqueles que ocuparam apenas o governo interino em uma das duas capitanias, pois estudar a interinidade iria exigir um esforço que superaria os limites dessa dissertação. Houve alguns casos em que um indivíduo ocupou o posto de capitão-mor e posteriormente foi nomeado interinamente, ou então o contrário. Esses casos foram considerados. Outro elemento a ser reforçado é que nem todos os capitães-mores que exerceram esse posto no recorte temporal pretendido foram enquadrados nessa análise, seja por falta de documentação, ou, quando existia algum vestígio, estava muito

* Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista CAPES.

deteriorado. De qualquer maneira, foram pouquíssimos os casos que se enquadraram nessa situação, o que não inviabilizou de forma alguma o que se pretende fazer.

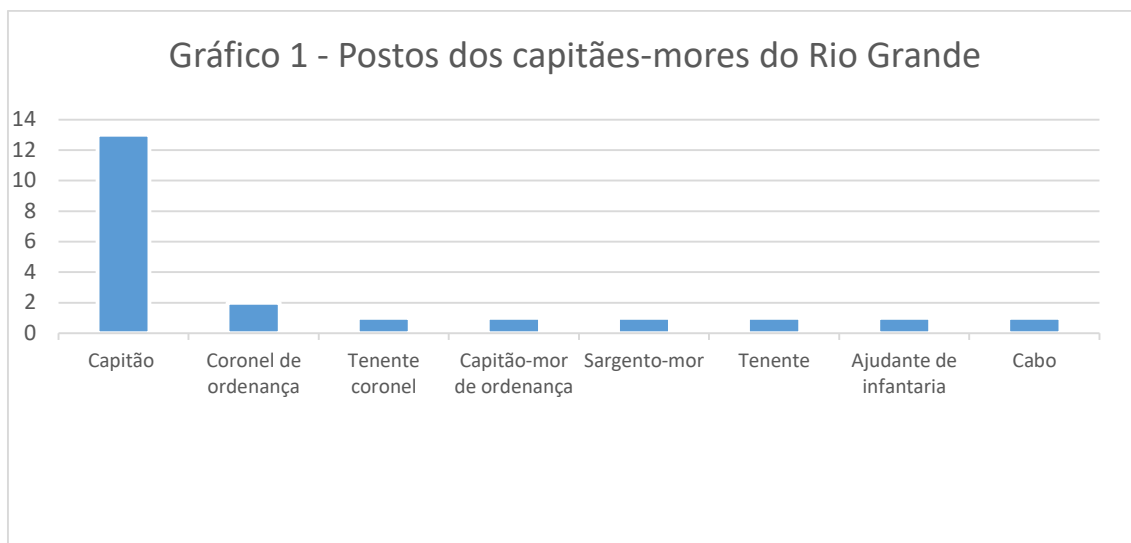
Foram analisados 46 nomes, sendo 22 referentes aos capitães-mores do Rio Grande e 24 referentes aos capitães-mores do Ceará, sem levar em consideração que alguns se repetiam, pois assumiram o governo nessas duas capitanias. O primeiro encontrado após a expulsão dos holandeses foi Antônio Vaz Godim (LEMOS, 1912:95), que assumiu a capitania do Rio Grande em 1656 (viria a assumir uma segunda vez em 1672). O caso do Ceará é curioso e interessante, pois o primeiro encontrado foi Diogo Coelho de Albuquerque, que teria sido nomeado para ir à dita capitania em 1645, mas apenas assumiu esse governo em 1660.² Esse caso será desenvolvido mais abaixo. Já com relação aos últimos nomes analisados, foram eles os de Francisco Xavier de Miranda Henriques, que assumiu o Ceará em 1754³ e o de Pedro de Albuquerque e Melo, que assumiu o Rio Grande em 1750.⁴

Como já foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, dentro de um processo de hierarquização dos espaços, as capitanias do Ceará e do Rio Grande são consideradas de “mesma graduação” ou qualidade. Esse nivelamento hierárquico pode ser observado por meio do perfil desses 46 homens que assumiram o governo dessas duas capitanias. A maioria deles, com poucas exceções, antes de assumirem o governo delas possuíam uma trajetória militar muito semelhante. Praça de soldado, alferes e capitão de infantaria eram os postos praticamente obrigatórios pelos quais eles passavam, sendo o último posto, o de capitão de infantaria, o que eles normalmente eram antes de serem nomeados. Os gráficos abaixo representam o último posto ocupado por essas pessoas antes de assumirem o governo do Rio Grande e do Ceará.

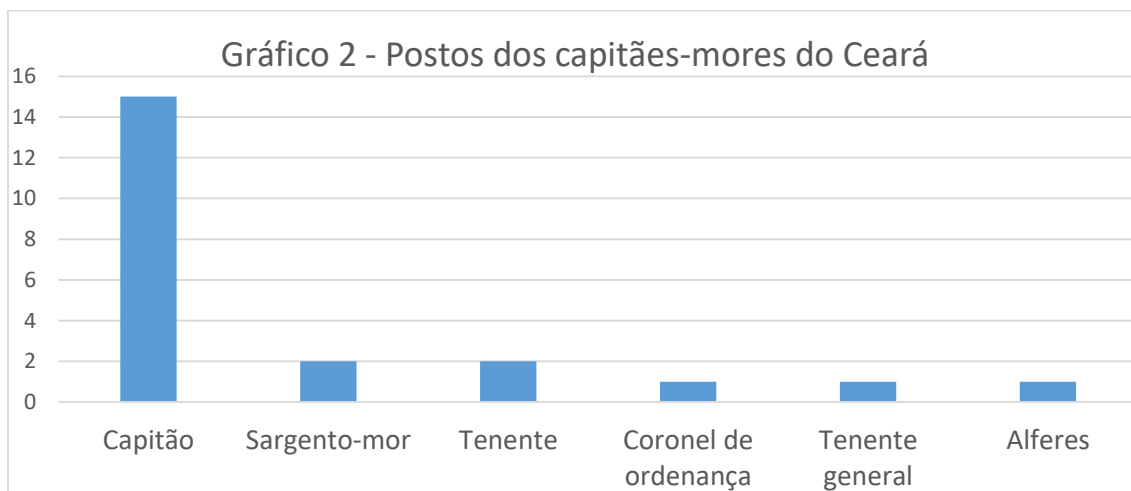
² CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João IV], sobre a partida do recém nomeado capitão-mor do Ceará, Diogo Coelho de Albuquerque, que há de ir em socorro desta capitania, e dos capitães Nuno de Amorim Salgado e Manuel Ribeiro, que vão buscar 200 homens às ilhas para os levarem à Bahia. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 12.

³ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. José I], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Francisco Xavier de Miranda Henriques. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 6, Doc. 392.

⁴ REGISTRO da patente Real em que foi provido Pedro de Melo no posto de Capitão-mor desta Capitania, por Sua Majestade. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcisio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio Grande do Norte: Edição do Instituto Históricas e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980, V. 2. P.137.



Fonte: AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx.1, Doc. 9, 13 16, 18, 28, 32, 37, 57, 77, 88; Cx. 2, Doc. 148,; Cx. 3, Doc. 19; Cx. 4, Doc. 253; Cx. 6, Doc. 348; LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, V. 1, 119 p; LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcisio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio Grande do Norte: Edição do Instituto Históricas e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980, V. 2 173 p.



Fonte: Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 21, 23, 25, 28, 30, 32, 42, 44, 50, 80; Cx. 2, Doc. 100; Cx. 3, Doc. 153, 196, 212; Cx. 4, Doc. 262; Cx. 5, Doc. 339; Cx. 6, Doc. 392; Registo Geral de Mercês, Mercês (Chancelaria) de D. Afonso VI, liv. 3, f.429-430; liv.5, f.353; de D. João V, liv. 5, f.510; liv. 7, f.141, 239

Como se pode perceber, o posto de capitão – não foi feita distinção entre infantaria e cavalaria – foi majoritariamente predominante entre os capitães-mores das duas capitanias, parecendo quase um pré-requisito para assumir o governo delas. Um problema nessa categorização diz respeito ao tipo de tropa que esses capitães faziam parte, pois em alguns casos é possível identificar quando era capitão de tropa paga ou capitão de ordenança, mas na maioria não foi possível fazer essa identificação, por isso se decidiu não fazer essa distinção nesse momento.

Independentemente do tipo de tropa, o predomínio do posto de capitão parece ser um padrão que era encontrado em outros elementos da sociedade colonial. Analisando o perfil dos camarários na cidade do Natal entre os anos de 1720 e 1759, Bruno Chaves identificou que a maioria deles possuía o posto de capitão de ordenança, totalizando 42% dos postos dos camarários, sendo que o segundo posto mais possuído era o de sargento-mor e totalizava 21% (BARBOSA, 2015).

Com relação à experiência militar deles, no que diz respeito ao tempo de serviço, não foi possível identificar algum padrão, pois existia uma variação de idade significativa, mas calculando a média de anos de serviços se obtém cerca de 21 anos para o Rio Grande e 22 anos para o Ceará, o que mostra novamente mais um elemento de aproximação entre essas duas capitânias.⁵ No geral, eram militares com grande experiência, tendo alguns poucos casos que destoavam, como Salvador Álvares da Silva, que possuía apenas sete anos de serviços prestados à Coroa quando assumiu o governo do Rio Grande,⁶ ou o de Fernão Carrilho, que possuía nove anos antes de assumir o Ceará.⁷

Uma outra característica que une esses homens com relação às suas experiências militares, é a participação de conflitos importantes da Coroa portuguesa contra os chamados inimigos internos e inimigos externos, sendo estes os de maior relevância, tendo alguns deles participado dos mesmos conflitos, o que criava a possibilidade de se conhecerem. Os seguintes conflitos foram constatados na participação de muitos desses capitães-mores: guerra de expulsão dos holandeses das capitânias do Norte do Brasil, Guerra da Restauração Portuguesa contra os espanhóis, Guerra dos Palmares, Guerra dos Bárbaros e Guerra de Sucessão Espanhola.

Um aspecto interessante sobre isso é que para o caso do Rio Grande, os seis primeiros capitães-mores analisados participaram da Restauração Pernambucana, foram eles: Antônio Vaz Godim, Valentim Tavares Cabral, Antônio Barros Rego, Francisco Pereira Guimarães, Manuel Muniz e Pasqual Gonçalves Carvalho; enquanto para o Ceará, apenas dois de seus

⁵ Conjunto de documentos sobre a nomeação de capitães-mores para a capitania do Rio Grande e do Ceará provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino.

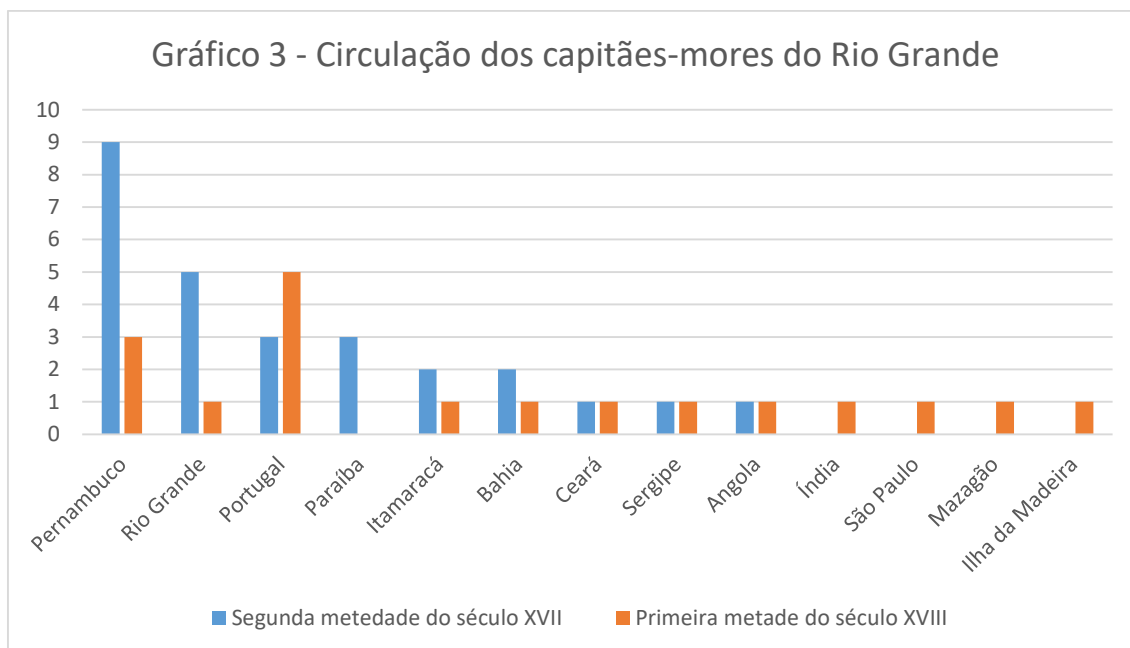
⁶ REGISTRO da patente Real em que foi provido Salvador Alvares da Silva no posto de Capitão-mor desta Capitania, por Sua Majestade. In: LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcisio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio Grande do Norte: Edição do Instituto Históricos e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980, V. 2. P.99.

⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre nomeação de pessoas para ocupar o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Fernão Carrilho. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 42.

capitães-mores participaram, sendo eles: Sebastião de Sá e Bento de Macedo Farias.⁸ Ao que parece é que, pelo menos para o Rio Grande, tal conflito foi um fator importante que possibilitou a continuidade da prestação de serviços por parte de indivíduos que tiveram boa participação nele. Vale destacar, no entanto, que a mercê de receber um posto de governo não pode ser vista como uma consequência direta da participação desses homens no dito conflito, pois como analisou Thiago Krause, houve muitos pedidos de mercês por parte dos participantes da Restauração Pernambucana, dentre esses pedidos, o governo de algumas capitanias. A resposta para a maioria desses requerimentos era unânime: o suplicante deveria se candidatar a uma vaga quando essa estivesse à disposição e deveria passar pelos procedimentos usuais de nomeação de postos de governança (KRAUSE, 2012:159).

A participação desses homens em conflitos no Brasil ou na Europa é uma pequena amostra da circulação deles por vários espaços. Nenhum deles atuou exclusivamente em um único lugar, o menor número de espaços de atuação foram dois. Os gráficos abaixo mostram todos os lugares identificados onde atuaram essas pessoas. Vale destacar que os lugares apontados são referentes às trajetórias dos capitães-mores antes deles assumirem o posto de governo e que eles foram divididos em duas categorias: lugares onde circularam os capitães-mores da segunda metade do século XVII e lugares onde circularam os capitães-mores da primeira metade do século XVIII. Tal divisão foi colocada para que se possa fazer uma comparação entre esses dois períodos.

⁸ As informações sobre a participação desses homens nesse conflito foram retiradas de suas cartas patentes e das seleções de nomeação para o posto de capitão-mor que existiam.

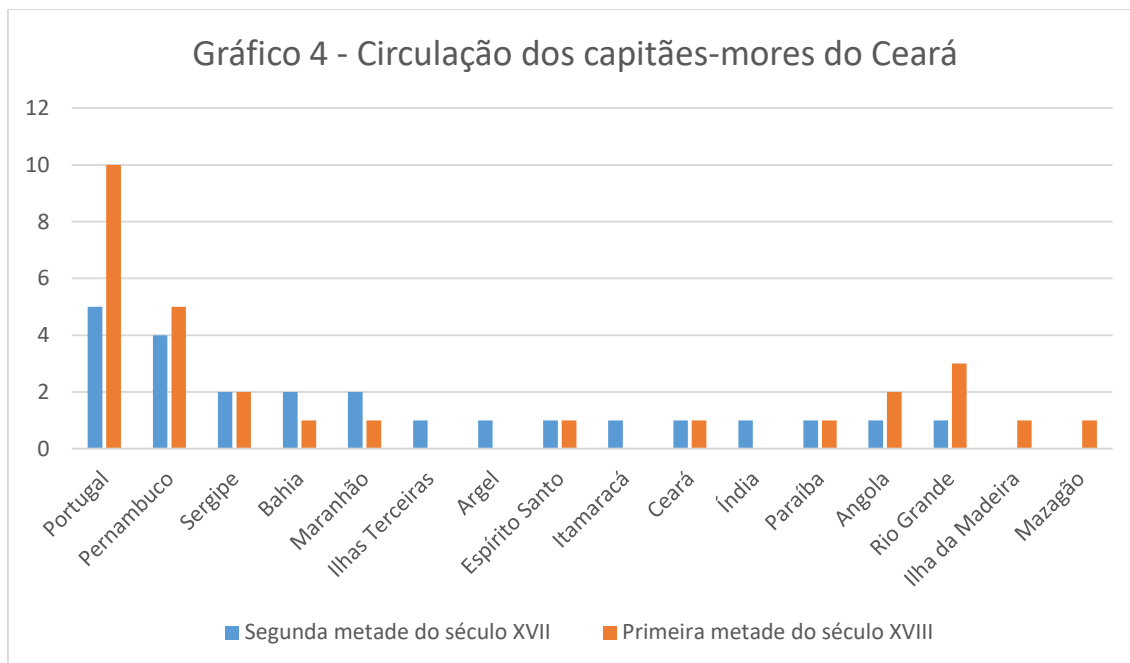


Fonte: AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx.1, Doc. 9, 13 16, 18, 28, 32, 37, 57, 77, 88; Cx. 2, Doc. 148.; Cx. 3, Doc. 19; Cx. 4, Doc. 253; Cx. 6, Doc. 348; LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, V. 1 119 p; LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio Grande do Norte: Edição do Instituto Históricos e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980, V. 2 173 p.

Como é possível perceber por meio do gráfico acima, somando os dois períodos analisados, Pernambuco aparece como o lugar onde mais vezes atuaram os capitães-mores do Rio Grande antes de assumirem o dito posto, seguido respectivamente de Portugal e do próprio Rio Grande. É importante notar, no entanto, que existe uma diferença significativa entre os dois períodos, pois se na segunda metade do século XVII Pernambuco é o lugar de atuação majoritário, no próximo século ele perde significativamente o número de vezes em que os capitães-mores por lá passaram, sendo inclusive ultrapassado por Portugal. Para entender essa mudança é preciso contextualizar os eventos que ocorreram. O predomínio de Pernambuco no primeiro período se explica pelos conflitos decorrentes da expulsão dos holandeses, que como já foi visto, muitos dos capitães-mores do Rio Grande participaram deles. Além disso, também tiveram os conflitos decorrentes dos combates em Palmares, onde alguns dos capitães-mores passaram por lá. Um outro elemento a se destacar para explicar tal predomínio diz respeito à naturalidade desses capitães-mores. Carmen Alveal ao estudar o processo de anexação da capitania do Rio Grande à capitania de Pernambuco percebeu que vários dos capitães-mores da segunda metade do século XVII eram naturais daquela capitania (ALVEAL, 2016:142).

Com relação à primeira metade do XVIII, ainda não se possui dados concretos sobre a naturalidade deles, mas se acredita que muitos sejam reinóis, tendo em vista os lugares de atuação deles, em que muitos antes de vir para o Rio Grande apenas atuaram em Portugal. Somando-se a isso, Nuno Monteiro constatou que a seleção dos governadores durante o século XVIII foi marcada pelo aumento de reinóis assumindo esse tipo de posto (MONTEIRO, 2010:280). Outro ponto que deve ser destacado sobre o século XVIII é que nele ocorreu, no território de Portugal nas divisas com a Espanha mais significativamente, os conflitos decorrentes da Guerra de Sucessão Espanhola, que contou com a participação de alguns dos capitães-mores do Rio Grande. Dessa forma, ao se comparar esses dois períodos, percebe-se uma maior atuação em lugares distantes do Rio Grande durante o século XVIII, como por exemplo Ilha da Madeira, Índia e Mazagão, que foram dois lugares em que nenhum dos capitães-mores do XVII passaram.

A circulação dos capitães-mores do Ceará possui algumas distinções dos governantes do Rio Grande. O gráfico abaixo demonstra tal circulação.



Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 21, 23, 25, 28, 30, 32, 42, 44, 50, 80; Cx. 2, Doc. 100; Cx. 3, Doc. 153, 196, 212; Cx. 4, Doc. 262; Cx. 5, Doc. 339; Cx. 6, Doc. 392; Registo Geral de Mercês, Mercês (Chancelaria) de D. Afonso VI, liv. 3, f.429-430; liv.5, f.353; de D. João V, liv. 5, f.510; liv. 7, f.141, 239

Como é possível perceber, diferentemente da capitania do Rio Grande, o lugar por onde os capitães-mores do Ceará mais circularam foi Portugal, tanto na segunda metade do XVII,

quanto na primeira metade do XVIII. A Restauração Pernambucana contou com uma significativa participação dos primeiros capitães-mores do Rio Grande aqui analisados, já para os do Ceará, essa participação não foi tão significativa, sendo apenas dois deles. O motivo do menor alcance dessa guerra entre aqueles que se tornariam capitães-mores do Ceará ainda é incerto. Mas independentemente do menor número de pessoas que passaram por Pernambuco, essa capitania continuava como um grande centro de atuação desses homens, sendo o segundo lugar que mais foi frequentado pelos capitães-mores do Ceará.

Outro elemento em comum a respeito da circulação dos capitães-mores do Rio Grande e do Ceará diz respeito à concentração deles em capitanias relativamente próximas as das quais iriam governar. Além delas próprias, Rio Grande e Ceará, existe o predomínio de Pernambuco, Sergipe, Maranhão, Paraíba e Itamaracá. O lugar mais distante onde chegaram a ir, dentro da América Portuguesa, foi Espírito Santo. Acredita-se que isso não seja coincidência, pois o conhecimento de regiões próximas os colocavam mais preparados para assumirem o posto de governo daquelas capitanias, o que mostra uma certa “regionalização” da circulação desses indivíduos. Muito provavelmente se esse tipo de análise for feito para as capitanias ao sul da América, esse cenário seria equivalente em termos de circulação entre as capitanias daquela região. Como no caso do estudo de Luiz Siqueira sobre os capitães-mores de Sergipe. Segundo sua análise, 78% dos capitães-mores daquela capitania circularam entre Pernambuco e Bahia antes de serem nomeados, o que mostra como eles estavam sempre em torno de áreas próximas à capitania a ser governada (SIQUEIRA, 2016:143). Apesar dessa “regionalização” na circulação dos capitães-mores, não se pode desprezar a experiência em outros continentes que eles possuíam. Europa, América, África e Ásia receberam as ações desses capitães-mores ao longo dos anos.

Nuno Monteiro ao analisar as trajetórias dos vice-reis e governadores da Índia, percebeu que para o caso dos vice-reis, até a metade do século XVII, possuíam experiências militares significativas naquele território antes de serem nomeados para o governo máximo dele. No entanto, da segunda metade do XVII em diante esse cenário muda drasticamente, pois a grande maioria dos vice-reis nomeados nunca circularam pela Índia. O porquê dessa mudança não foi explicado. Além disso, o autor constatou que os governadores das conquistas daquele território, independente do século, possuíam uma larga experiência de circulação por eles (MONTEIRO, 2010:261-262). Os dados levantados por Nuno Monteiro corroboram ainda mais com a ideia de

“regionalização” da circulação dos agentes governativos. Mas é importante ressaltar que essa regionalização continuou apenas com os governantes menos graduados daquele território e não mais com os vice-reis. Ao analisar a trajetória administrativa de alguns governadores-gerais do Brasil essa característica também é possível de ser encontrada, como o caso de João de Lencastre, que foi governador de Angola e posteriormente governador-geral do Brasil e também o de Lourenço de Almada, que antes de assumir o governo máximo do Brasil, foi governador da Madeira e de Angola (GOUVÊA, 2010:306-307). Como os agentes governativos analisados aqui foram responsáveis pelo governo de capitânias cujo estatuto político não era considerado elevado, chega-se à conclusão de que essa “regionalização” na circulação era uma característica mais forte entre agentes intermediários dentro da hierarquia governativa.

Ainda a respeito da circulação, mas dessa vez tendo como foco os postos de governo, essas pessoas, não a maioria, mas um número significativo, chegaram a ocupar o posto de capitão-mor mais de uma vez em outros lugares. Dos 24 capitães-mores do Ceará, 11 foram governantes em uma outra localidade, já com relação aos do Rio Grande, dos 22, sete governaram outro local. A tabela abaixo mostra os nomes dos capitães e os lugares onde governaram, não levando em consideração aqueles que apenas governaram mais de uma vez a mesma capitania.

Tabela 1 – Governos dos capitães-mores do Rio Grande	
Nome	Lugares que governou
Agostinho César de Andrade	Itamaracá (1675); Rio Grande (1688)
Sebastião Nunes Colares	Sergipe (1694); Rio Grande (1705)
Salvador Álvares da Silva	Rio Grande (1711); Ceará (1717)
Domingos de Moraes Navarro	Rio Grande (1726); Espírito Santo (1739)
João de Teive Barreto e Menezes	Rio Grande (1734); Ceará (1742)
Francisco Xavier de Miranda Henriques	Rio Grande (1739); Ceará (1754); Paraíba (1757)
Pedro de Albuquerque e Melo	Itamaracá (1739); Rio Grande (1750)

Fonte: LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, V. 1 119 p; LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio Grande do Norte: Edição do Instituto Históricos e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980, V. 2 173 p. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 58.; AHU-PE, Papéis Avulsos,

Cx. 11, Doc. 1026; AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 75; Cx. 3, Doc. 212; Cx. 6, Doc. 392; AHU-ES, Papéis Avulsos, Cx. 03, Doc. 219. AHU-Paraíba, Papéis Avulsos, Cx. 20. Doc. 1548.

Tabela 2 – Governos dos capitães-mores do Ceará	
Nome	Lugares que governou
João de Melo Gusmão	Gurupá (?); Ceará (1663)
Jorge Correia da Silva	Espírito Santo (1665); Ceará (1669)
Fernão Carrilho	Ceará (1693); Maranhão (1701)
Jorge Barros Leite	Sergipe (1684); Ceará (1699); Sergipe (1711)
Gabriel da Silva Lago	Espírito Santo (1704); Ceará (1704)
Salvador Álvares da Silva	Rio Grande (1711); Ceará (1717)
Manuel Francês	Ceará (1720); Sergipe (1744)
João Batista Furtado	Ceará (1726); Gurupá (1734)
Dom Francisco Ximenes de Aragão	São Luiz (1723); Ceará (1739)
João de Teive Barreto e Menezes	Rio Grande (1734); Ceará (1742)
Francisco de Miranda Costa	Sergipe (1732; 1740); Ceará (1746)
Francisco Xavier de Miranda Henriques	Rio Grande (1739); Ceará (1754); Paraíba (1757)

Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 50; Cx. 3, Doc. 163, 212; Cx. 4, Doc. 247, 279; HU-Sergipe, Papéis Avulsos, Cx. 4. Doc. 347; AHU-Paraíba, Papéis Avulsos, Cx. 20. Doc. 1548; Registo Geral de Mercês, Mercês (Chancelaria) de D. Afonso VI, liv.3, f.429v – 430; liv.13, f.175; de D. João V, liv. 5, f. 535-535v; f. 684v-685; SANTOS (2004).

O primeiro elemento que chama atenção ao se comparar essas duas capitanias é a superioridade do número de capitães-mores do Ceará que possuíram uma experiência de governo, antes ou depois, em relação aos do Rio Grande. Enquanto naquela capitania 45% dos seus capitães-mores tiveram mais de uma experiência de governo, na do Rio Grande esse número equivale a 31%. Outro elemento a se destacar diz respeito à experiência governativa anterior. No Rio Grande apenas três capitães-mores já tinham governado uma outra capitania anteriormente enquanto no Ceará oito deles já possuíam esse tipo de experiência. Um dado interessante sobre isso é que nenhum capitão-mor do Rio Grande governou anteriormente a capitania do Ceará, no entanto, o contrário aconteceu, três governantes do Ceará passaram pelo

governo do Rio Grande anteriormente. Foram eles: Salvador Álvares da Silva, João de Teive Barreto e Menezes e Francisco Xavier de Miranda Henriques. A partir desses dados o que se pode concluir é que durante o processo de seleção para os capitães-mores do Ceará, era exigida uma maior experiência governativa daqueles que viriam a ser os seus governantes.

É interessante apontar também os lugares onde essas pessoas governaram. Somando as capitânicas onde todos eles foram capitães-mores, retirando as duas que são foco de análise desse trabalho, as seguintes aparecem: Sergipe (4), Espírito Santo (3), Gurupá (2), Itamaracá (2), Maranhão/São Luiz (2) e Paraíba (1). Assim como os locais de atuação desses homens fora da esfera governativa, a circulação deles como capitães-mores se concentra em capitânicas relativamente próximas, sendo a do Espírito Santo a mais distante. Dessa forma, se pode afirmar que a experiência governativa deles também era “regionalizada”, não possuindo uma variação muito discrepante dos lugares. Essas capitânicas podem ser consideradas de graduações equivalentes, não fazendo parte do grupo considerado das principais capitânicas da América e a circulação por elas dos homens aqui estudados não surpreende, uma vez que suas qualidades sociais não permitiriam que assumissem o governo de alguma capitania de maior graduação, como Pernambuco ou Rio de Janeiro. O circuito por governos considerados mais importantes normalmente eram reservados às famílias que faziam parte da alta nobreza portuguesa.

Ao analisar a circulação dos agentes governativos sobre diversos espaços pelo Império português, Fátima Gouvêa afirmou:

Desenvolvia-se, assim, uma maior percepção da diversidade dos problemas enfrentados, bem como da similitude de situações e estratégias passíveis de uso no exercício da soberania portuguesa em áreas tão distantes e díspares entre si. Dessa maneira, tornava também forma um complexo processo de hierarquização dos homens encarregados dessa gestão governativa, bem como dos espaços geridos. [...] Hierarquizando os homens por meio dos privilégios cedidos em contrapartida à prestação dos ‘serviços’ de governo, produziam-se múltiplas aspirais de poder, articuladas entre si, viabilizando uma governabilidade tão característica da forma como se exercia a soberania portuguesa sobre seu Império ultramarino (GOUVÊA, 2010:308).

O sistema de governabilidade criado por meio dessa circulação parece possuir dois tipos de sentidos. Primeiro tem-se os agentes régios que costumavam passar pelos principais postos de governos ultramarinos, sendo eles marcados por uma circulação mais vasta, intercontinental. Essas pessoas faziam parte de um seletivo grupo de indivíduos que monopolizavam tais circuitos administrativos. O segundo sentido se refere às pessoas que não se enquadrariam nesse seletivo

grupo, mas que também faziam parte do referido sistema de governabilidade. Os capitães-mores analisados nesse trabalho pertenceriam a esse grupo. Homens que possuíam uma circulação mais restrita, que se chamou aqui de regionalizada, e dentro de seus limites sociais e financeiros, passavam por governos menos importantes e relativamente próximos em termos não apenas políticos, como espaciais.

Esse sistema de governabilidade se aproxima bastante de uma característica do desenvolvimento científico do período moderno. Kapil Raj, em um artigo intitulado Conexões, cruzamento, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX; defende que a ciência ocidental como um todo, partindo das experiências coloniais da Inglaterra nos territórios asiáticos, tem como fenômeno principal de desenvolvimento a circulação dos agentes por diversos espaços, obtendo e ressignificando os seus conhecimentos. Para ele:

[...] mais do que por caminhos lineares de difusão ou de transferência, é por processos de circulação dos homens e das práticas, das informações e dos saberes, dos instrumentos e dos objetos, que as ciências e as técnicas se desenvolvem. Estes mesmos processos permitem a sua apropriação e naturalização em diferentes localidades, originando práticas ancoradas nestes diferentes lugares conectados pelos seus trajectos. (RAJ, 2007:177)

A partir dessa perspectiva apontada por Kapil Raj é possível fazer um paralelo entre o desenvolvimento científico e o desenvolvimento do sistema de governabilidade apontado por Fátima Gouvêa. Em ambos, a circulação dos agentes aparece como um fenômeno essencial para o desenvolvimento prático de suas atividades.

Com relação à qualidade social desses indivíduos o que se constatou foi um pequeno número de fidalgos e alguns que já possuíam ou chegaram a receber, depois de seus governos, um hábito da Ordem de Cristo ou então de alguma outra ordem. A não predominância desses tipos de títulos já era esperada, por se tratar de duas capitâneas periféricas. O mesmo cenário foi encontrado por Fabiano Vilaça ao analisar os capitães-mores do Pará entre os anos de 1707 e 1737. (SANTOS, 2015). Destaca-se ainda um fato curioso que foi a presença de um Dom. Segundo Rafael Bluteau, Dom seria um título honorífico dado aos reis, homens ricos e cavaleiros que prestaram grandes serviços aos reis. No entanto, ele aponta que esse termo também muitas vezes era utilizado de forma inapropriada por pessoas que o não mereciam, o

que terminava por vulgarizá-lo.⁹ O detentor desse título, Dom Francisco Ximenes de Aragão era um militar experiente e que participou no Reino de conflitos provenientes da Guerra de Sucessão Espanhola.¹⁰ Se esses eventos o fizeram merecedor desse título ou se ele seria mais um caso de uso inapropriado, não se pode afirmar.

A respeito da qualidade social dos governantes de uma forma geral Nuno Monteiro afirmou que:

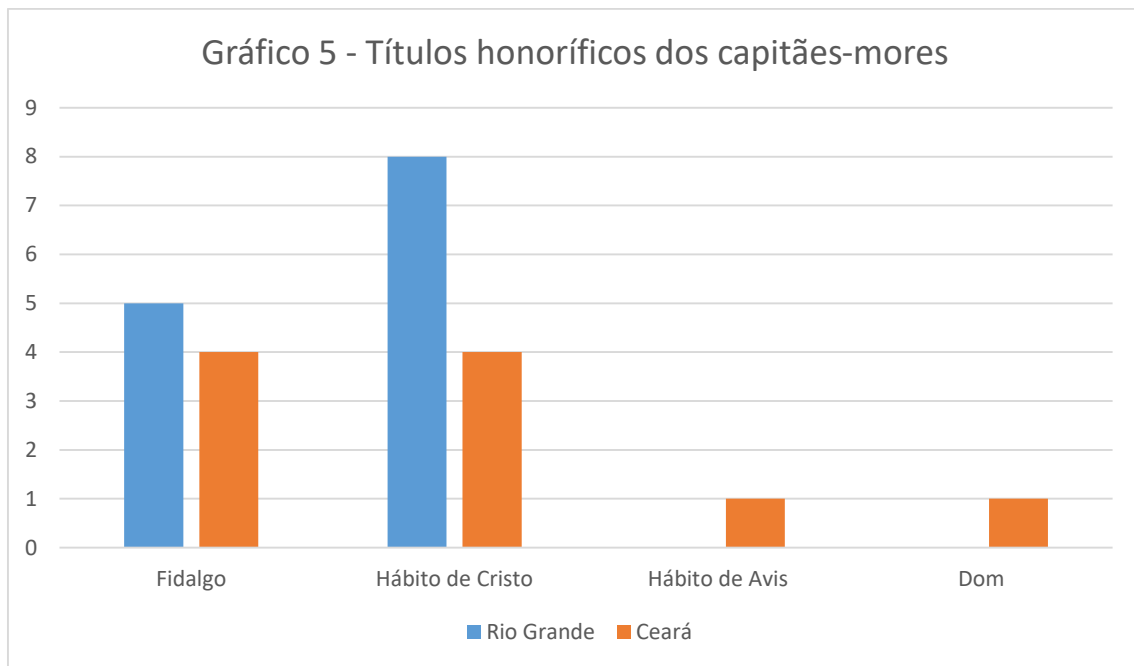
De fato, eram diversos, no plano da qualidade de nascimento e das qualificações e experiências requeridas, os círculos onde se recrutavam os administradores das conquistas, em cujo topo se encontravam os governadores-gerais e vice-reis, quase sempre militares com qualificada nobreza e fidalguia, e objeto de uma escolha próxima e cautelosamente ponderada pelos monarcas. Em vez disso, outros cargos, como as capitânicas atlânticas de menor importância, estavam ao alcance dos ‘soldados da fortuna’, ou seja, dos militares experientes, mas sem qualidade de nascimento. (MONTEIRO, 2010:257).

Os chamados “soldados da fortuna” de fato é o que se encontrou aqui, que foram militares experientes que circulavam pelo Império, mas possuíam nenhum ou poucos símbolos de distinção social. Esse termo será melhor discutido no tópico referente à análise individual de algumas trajetórias dos capitães-mores analisados abaixo.

Somando esses elementos de distinção social, não chega a ser a maioria dos capitães-mores que possuíam alguns de tais elementos, mas também não era um número irrelevante. Dos 46 nomes analisados, 19 deles possuíam algum desses títulos, ou até mesmo mais de um ao mesmo tempo. Segue abaixo o gráfico com a distribuição desses títulos por capitania.

⁹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728., v. 3, p. 283.

¹⁰ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Francisco Ximenes de Aragão. AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 3. Doc. 196.



Fonte: AHU-CE, Papéis Avulsos, Cx. 1, Doc. 23; Cx. 3, Doc. 163; AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 82, Doc. 6782.; LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, V. 1. P. 43; 93; LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcisio. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio Grande do Norte: Edição do Instituto Históricas e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980, V. 2. P.87; 129; 133; Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 10, f.83v; liv. 12, f. 279; de D. João V, liv. 5, f. 684; liv. 7, f.149-149v; liv. 8, f.392v; liv. 18, f.404; IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro I, n. 69, fls. 10; Revista do Instituto Histórico do Ceará. Tomo IV, 1890, p. 139-144.

Como é possível observar, o Rio Grande teve um pequeno número a mais de pessoas com símbolos de distinção, principalmente devido aos hábitos de Cristo, que foram oito, enquanto no Ceará foram apenas 4. Um aspecto interessante de se notar a respeito desses títulos diz respeito à circulação dos capitães-mores que os possuíam. Como já foi dito, 19 deles tinham algum símbolo de distinção e desses 19, 12 deles governaram mais de uma capitania em suas trajetórias. Vale lembrar que no total foram 18 capitães-mores que possuíam experiência no governo de mais de uma capitania, isso significa que 66% dos que circularam mais, possuíam um título nobilitante, podendo-se fazer dessa maneira uma associação direta entre qualidade social e experiência governativa. O capitão-mor que mais possuía títulos nobiliárquicos, Francisco Xavier de Miranda Henriques, que era um fidalgo¹¹ e possuía um hábito de Cristo,¹²

¹¹ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. José I], sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Ceará. Resolução régia a nomear Francisco Xavier de Miranda Henriques. AHU-Ceará, Papéis Avulsos, Cx. 6. Doc. 392.

¹² HOC - Maço 50, dil. n.º 17.

foi quem mais passou no governo de capitânias, sendo capitão-mor do Rio Grande, depois do Ceará e por fim, da Paraíba. Além disso, antes de ter sua primeira experiência governativa no Rio Grande, ele já tinha atuado no próprio reino e em Mazagão, sendo um dos capitães-mores que possuíram uma circulação geográfica mais significativa, o que corrobora com a ideia de uma associação direta entre qualidade social e circulação espacial.

Merece ser destacada também a distribuição temporal desses títulos. No Rio Grande, dos 10 capitães-mores analisados na segunda metade do século XVII, quatro deles possuíam ou chegaram a obter algum título honorífico, enquanto na primeira metade do século XVIII, dos 12 analisados, sete possuíam ou chegaram a obter posteriormente. Com relação ao Ceará, no primeiro momento apenas dois capitães-mores possuíam ou obtiveram tais títulos dentre 11, enquanto no segundo momento, de 13 homens, sete deles possuíam ou obtiveram. Por meio desses números é possível notar uma diferença significativa entre os dois períodos analisados, sendo o século XVIII marcado pelo acrescentamento da qualidade social dos capitães-mores em ambas capitânias, principalmente na do Ceará. Esse aumento na qualidade social foi um padrão que Nuno Monteiro percebeu para todos os governantes de uma forma geral. (MONTEIRO, 2005:103)

Agora é preciso chamar atenção com relação a condição política dessas duas capitânias no período analisado. Na segunda metade do XVII, o Ceará já era uma capitania anexa a Pernambuco e o Rio Grande ainda estava sob jurisdição da Bahia, por isso, não possuía o estatuto de anexa. E o que se percebeu foi um número maior de títulos honoríficos nos governantes do Rio Grande naquele período, apesar de ser um pequeno número a mais, apenas dois, ele representava o dobro do número dos capitães-mores do Ceará. Em termos percentuais, durante a segunda metade do XVII, 40% dos capitães-mores do Rio Grande chegaram a obter algum título, enquanto apenas 18% dos capitães-mores do Ceará obtiveram. Podendo-se afirmar, dessa forma, que a condição de anexa do Ceará refletia na qualidade social de seus governantes. Com a virada do século, essa lógica parecia não fazer mais sentido. Em 1701 o Rio Grande foi anexado a Pernambuco,¹³ obtendo o estatuto de anexa, e o que se percebeu ao longo desse século foi um gradativo aumento da qualidade social dos capitães-mores. Com isso, se pode concluir que o aumento na qualidade social de todos os governantes apontado por Nuno

¹³ Para estudar o processo de anexação dessa capitania, ver: ALVEAL (2016)

Monteiro foi uma tendência seguida na escolha desses homens e que, mesmo a condição de anexa, não foi o suficiente para barrar tal tendência.

Como foi visto, dos 46 homens estudados que governaram as capitanias do Rio Grande e do Ceará, muitos possuíam uma experiência governativa para além desses lugares. Eram na maioria das vezes militares experientes com uma circulação que se chamou de “regionalizada”, pois costumavam servir em lugares não muito distantes das capitanias analisadas, seja em termos governativos ou estritamente militares. Poucos possuíam alguma distinção social, como o estatuto de fidalgo e alguns hábitos de Cristo, o que de certa maneira representaria a graduação dessas capitanias, que dentro das hierarquias espaciais criadas pela própria Coroa portuguesa, eram consideradas periféricas no cenário da América.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira A anexação da Capitania do Rio Grande em 1701: Estratégia da coroa ou interesse de grupo da Capitania de Pernambuco? In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). *Dinâmicas Sociais, Políticas e Judiciais na América Lusa: Hierarquias, Poderes e Governo (Século XVI-XIX)*. Recife: Editoria UFPE, 2016.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. *A CÂMARA DA CIDADE DO NATAL: O cotidiano administrativo de uma câmara periférica (1720-1759)*. 2015. 87 f. Monografia (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico. In: BICALHO; FERLINI. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português*. São Paulo: Alameda, 2005.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645 – 1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KRAUSE, Thiago Nascimento . *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641 1683)*. São Paulo: Annablume, 2012.

LEMOS, Vicente de. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, V. 1.

MONTEIRO, Nuno. Governadores e capitães-mores do império atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINE, Vera Lúcia. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império Português – Séculos XVI-XIX*. São Paulo: alameda, 2005.

_____. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os governadores-gerais e vice-reis do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações: a passagem da cartografia britânica pela Índia, séculos XVII-XIX. In: *Cultura* [Online]. Volume 24, 2007, p. 155-179. Disponível : <http://cultura.revues.org/877>.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Governantes e Agentes. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). *História da expansão portuguesa: o Brasil na Balança do Império (1697-1808)*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 3, 1998.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 667-688, jul./dez. 2015. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

SIQUEIRA, Luiz. *Homens de Mando e de guerra: capitães mores em Sergipe del Rey (1648-1743)*. 2016. 300 f. (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia.